

MULHERES JOVENS NA POLÍTICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: Uma análise a partir das eleições municipais de 2020 YOUNG WOMEN IN RIO DE JANEIRO STATE POLITICS: An analysis based on the 2020 municipal elections

Cleonice Puggian¹
Liandra Lima Carvalho²

Resumo: A Constituição Federal de 1988 garante a igualdade entre homens e mulheres perante a lei e confere aos adolescentes de 16 a 18 anos o direito ao voto, embora de forma facultativa. Esta pesquisa busca preencher essa lacuna, examinando a presença da juventude feminina na política, tanto como eleitoras quanto como eleitas para os cargos de vereadoras, vice-prefeitas e prefeitas nas eleições municipais de 2020, no estado do Rio de Janeiro. A justificativa para este estudo reside na necessidade de dar visibilidade à participação política das mulheres jovens e de compreender as barreiras que elas enfrentam para ocupar cargos eletivos. Para alcançar esse objetivo, a pesquisa se baseia em uma análise documental organizada a partir de dados fornecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e entrevistas com candidatas eleitas, permitindo uma avaliação detalhada da presença e da atuação das mulheres jovens na política local.

Palavras-chave: Mulheres, Jovens, Política.

Abstract: The 1988 Federal Constitution guarantees equality between men and women before the law and grants adolescents aged 16 to 18 the right to vote, albeit on an optional basis. This research seeks to fill this gap by examining the presence of young women in politics, both as voters and as candidates for positions such as city councilors, vice-mayors, and mayors in the 2020 municipal elections in the state of Rio de Janeiro. The justification for this study lies in the need to highlight young women's political participation and understand the barriers they face in holding elected positions. To achieve this objective, the research is based on a documentary analysis organized from data provided by the Superior Electoral Court (TSE), allowing for a detailed assessment of the presence and role of young women in local politics.

Keywords: Women, Youth, Politics.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, as mulheres jovens têm se destacado como uma parcela significativa do eleitorado brasileiro, revelando um crescente engajamento político. No entanto, essa expressiva presença como eleitoras não se traduz em candidaturas e cargos eleitos, apontando para uma sub-representação feminina jovem na política brasileira. A

¹ Graduada em Pedagogia, mestra em Educação (PUC-Rio), mestra em Tecnologia Educacional (Sanduíche) (Harvard), PhD em Educação (Cambridge) e pós-doutora em Educação (UERJ). Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: cleopuggian@gmail.com

² Graduada em Serviço Social (UNIBRACE), mestra e doutora em Política Social (UFF), PhD em Humanidades, Culturas e Artes (UNIGRANRIO) e pós-doutoranda em Educação, Cultura e Comunicação nas Periferias (UERJ). Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: liandralimacarvalho@gmail.com

ausência de jovens mulheres em posições de poder político nos levou a investigar como a educação pode contribuir para que essas mulheres não apenas ingressem na política, mas também atuem como referências para a juventude feminina, promovendo maior inclusão e diversidade na representação política. Neste artigo, buscamos entender de que forma as trajetórias educacionais e políticas das jovens eleitas foram influenciadas pela educação. Questionamos até que ponto a formação escolar e acadêmica forneceu a essas jovens as ferramentas e incentivos necessários para que conquistassem espaço na política e assumissem papéis de liderança. Para tanto, apresentamos um perfil das jovens eleitas em 2020 para os cargos de vereadoras, vice-prefeitas e prefeitas, com idades entre 18 e 29 anos. A análise combina dados quantitativos fornecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e dados qualitativos coletados em entrevistas com as candidatas eleitas, oferecendo uma visão abrangente do impacto da educação em suas trajetórias e explorando o papel transformador que ela pode desempenhar na construção de uma política mais inclusiva e representativa para as mulheres jovens no Brasil.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A população jovem brasileira apresenta uma tendência de redução ao longo dos anos. Em 2012, 49,9% da população era composta por indivíduos com menos de 30 anos, percentual que caiu para 43,3% em 2022 (Nalin et al., 2023). Esse declínio aponta para um fenômeno raro conhecido como "perda do bônus demográfico", caracterizado pela predominância de pessoas em idade economicamente ativa em relação à população inativa (idosos e crianças) (Nalin et al., 2023). Surge, então, uma reflexão sobre o papel desses jovens enquanto possível "bônus político", especialmente considerando que a Constituição Federal de 1988 inovou ao introduzir o voto facultativo para jovens entre 16 e 17 anos (Limongi et al., 2015, p. 49). A análise da tabela a seguir, elaborada a partir dos dados fornecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), permite observar a variação do número de eleitores na faixa etária de 16 a 34 anos, evidenciando as flutuações no engajamento político dessa parcela da população ao longo dos anos.

TABELA 1 – Participação dos eleitores de 16 a 34 anos frente ao universo de eleitores.

Ano da eleição	Número total de eleitores de 16 a 34 anos	Número Total de Eleitores	Percentual de eleitores de 16 a 34 anos
2014	56.313.368	142.822.046	39,43%
2016	55.939.930	146.470.725	38,19%
2018	53.381.764	147.295.744	36,24%
2020	51.515.322	150.519.635	34,22%
2022	52.397.497	156.210.885	33,54%

FONTE: Organizada pela autora com base nos dados do TSE.

A análise dos dados eleitorais indica uma tendência de redução gradual na participação relativa dos eleitores de 16 a 34 anos no Brasil, caindo de 39,43% em 2014 para 33,54% em 2022. Embora o número total de eleitores jovens se mantenha relativamente estável, o aumento do eleitorado geral diminui a representatividade proporcional dessa faixa etária. Essa constância percentual, frente ao crescimento do universo de eleitores, provoca questionamentos acerca das formas de engajamento político dos jovens. As considerações de Boghossian et al. (2009) sugerem que o engajamento da juventude brasileira não se expressa prioritariamente por vias institucionais, refletindo uma distância entre os jovens e as instituições políticas tradicionais. Em vez disso, os jovens mostram maior interesse por novas e emergentes formas de participação política, evidenciando uma postura engajada, mas desconectada dos canais políticos convencionais. Complementando essa perspectiva, Augusto (2008, p. 15) observa que “...não se trata de apatia, mas de um modo próprio de a juventude se relacionar com os processos democráticos,” destacando uma forma particular e contemporânea de envolvimento político que, embora menos institucional, demonstra comprometimento com a democracia e seus valores.

Assim, a análise dos dados e das fontes revela um padrão no qual a redução proporcional dos jovens no eleitorado talvez reflita mudanças mais amplas nas atitudes e

nos modos de participação política dessa geração, que parece buscar alternativas para se engajar fora das estruturas tradicionais.

O declínio no número de eleitores jovens pode, à primeira vista, sugerir uma apatia política. No entanto, essa interpretação é desafiada quando se consideram as diversas mobilizações políticas protagonizadas pela juventude nas últimas décadas. Entre esses movimentos destacam-se os "Caras-Pintadas" em 1992, a Revolta do Buzu em 2003, em Salvador; a Revolta da Catraca em 2004, em Florianópolis; o Movimento Passe Livre em 2013; e a Ocupação das Escolas em São Paulo, em 2015 (Fernandes et al., 2018; Barros, 2018). Esses eventos ilustram um engajamento ativo e crítico, evidenciando que a juventude brasileira se mobiliza expressivamente quando motivada por questões específicas e demandas sociais relevantes. Outro aspecto relevante é que a atual geração de eleitores jovens conhece o cerceamento dos direitos políticos, como o ocorrido durante a Ditadura Militar (décadas de 1960 a 1980), apenas através dos relatos históricos. Esse distanciamento temporal, acredita-se, confere ao relacionamento dos jovens brasileiros com a democracia uma característica particular, possivelmente mais voltada para a defesa de direitos e garantias democráticas de maneira crítica e engajada, em vez de uma adesão automática às estruturas políticas tradicionais. Segundo Limongi et al. (2015), os jovens brasileiros atuais cresceram em um contexto marcado pelo mais longo período democrático da história recente do país, caracterizado pela estabilização e diversificação dos canais de participação política. Essa estrutura de oportunidades institucionais de participação política, afirmam os autores, configura uma posição geracional única, diferenciando essa juventude da geração anterior, que vivenciou a ditadura e amadureceu durante a transição democrática. Dessa perspectiva, os jovens de hoje dispõem de uma variedade de mecanismos formais de participação que estavam indisponíveis para gerações passadas, o que, segundo os autores, amplia significativamente as possibilidades de engajamento democrático para essa nova geração. Desta forma,

A consolidação dos ritos democráticos nos anos 1990 e 2000 trouxe também a abolição de barreiras e custos para o exercício de voto, tornando o processo eleitoral eficiente, sem maiores violências e contestações à sua legitimidade e, até recentemente, o país podia ser considerado um caso de sucesso em termos da implementação das eleições livres, justas e a salvo de fraudes (Limongi et al., 2015, p. 49).

Segundo Barros (2018, p. 856), “para os jovens, a democracia surge associada a um desejo de liberdade e autonomia,” o que indica que “a democracia está mais estreitamente vinculada ao plano existencial dos jovens e não ao plano político.” Esse entendimento é reforçado pela observação de Augusto (2008, p. 164), que adverte contra a interpretação do “desinteresse pela política” como desinteresse pelos mecanismos formais e institucionais, tais como partidos políticos e suas lideranças. Essa perspectiva fundamenta o estudo de Barros, que escolhe como objeto de investigação a conexão entre educação e política nas trajetórias de jovens eleitas para cargos como vereadoras, vice-prefeitas e prefeitas. A escolha reflete uma contradição evidente: no estado do Rio de Janeiro, onde o número de eleitoras atingia quase sete milhões em outubro de 2022 (Fonte: TRE), apenas onze jovens, de 16 a 29 anos, foram eleitas. Esta discrepância entre o elevado número de jovens eleitoras — aproximadamente um milhão e novecentas mil — e o número muito restrito de eleitas ressalta a sub-representação feminina jovem na política. O estudo visa explorar as trajetórias acadêmicas e pessoais dessas onze eleitas, utilizando-as como base para compreender os desafios enfrentados pelas jovens na esfera política.

Inicialmente, o estudo abarcaria também deputadas estaduais eleitas em 2022 e prefeitas jovens eleitas em 2020. No entanto, durante o levantamento de dados, constatou-se que nas eleições de 2020 não houve prefeitas jovens eleitas no estado do Rio de Janeiro, e em 2022 nenhuma deputada estadual jovem foi eleita, limitando o estudo ao contexto das vereadoras e vice-prefeitas jovens. A escolha pela juventude como recorte da pesquisa reflete a sub-representação desse grupo entre os eleitos no Brasil. O perfil predominante dos eleitos, segundo dados do Portal G1 sobre as eleições de 2022, indica que o típico deputado federal é homem, branco, casado, com nível superior, e possui idade média de quase 50 anos. Dentre os 513 deputados federais eleitos, apenas 91 são mulheres, correspondendo a 18% do total. Ainda que essa cifra possa parecer baixa, representa uma evolução, considerando que, em 1998, apenas 29 mulheres foram eleitas (cerca de 5,7% das cadeiras). Assim, a pesquisa examina a baixa representatividade de dois segmentos específicos na política brasileira: mulheres e jovens, constituindo o foco central da investigação de pós-doutorado conduzida pela segunda autora e supervisionada pela primeira, da qual este estudo representa um fragmento.

Pouco antes do segundo turno das eleições de 2022, novas informações sobre o papel das mulheres na política foram divulgadas. De acordo com Passarinho (2022), dados

do TSE revelaram que as mulheres são maioria entre os eleitores em todas as faixas etárias, demonstrando preferências eleitorais distintas das dos homens e exibindo, nas pesquisas, maior nível de indecisão quanto à escolha do presidente da república.

Um estudo publicado pela Carta Capital em 2018 observou uma diminuição no número de candidatas, indicando uma possível perda de espaço das mulheres como postulantes a cargos eletivos. No entanto, quatro anos depois, ainda que as mulheres enfrentem barreiras — tanto objetivas quanto subjetivas — para candidatar-se, ganharam destaque como eleitoras, levando ambos os candidatos à presidência, no segundo turno de 2022, a direcionarem campanhas específicas para esse público (Barbon, 2022; Cerqueira et al., 2022). Além disso, em 2021, em meio à pandemia de COVID-19, emergiu um movimento liderado por adolescentes e jovens mulheres em defesa do combate à pobreza menstrual, definida como a falta de acesso a produtos menstruais e à infraestrutura adequada para a higiene menstrual (Girl Up Brasil, 2021, p. 10 apud Xavier, 2022, p. 16). Esse mesmo problema foi destacado pelo relatório “A Pobreza Menstrual vivenciada pelas meninas brasileiras”, publicado pela UNICEF em 2021, evidenciando o impacto dessa realidade na vida das jovens brasileiras e ampliando a relevância de sua participação política em pautas de saúde e direitos básicos. Segundo levantamento da Organização das Nações Unidas (ONU), uma em cada dez meninas globalmente se ausenta do ambiente escolar durante o período menstrual. No Brasil, contudo, esse índice é ainda mais alarmante, com uma em cada quatro meninas ausentando-se das aulas devido à precariedade menstrual (Lima, 2021 apud Xavier, 2022). Esse cenário evidencia o impacto da pobreza menstrual sobre o absenteísmo escolar, causando uma perda média de 45 dias letivos por ano para essas meninas (Girl Up Brasil, 2021; Lima, 2021 apud Xavier, 2022).

Diante da gravidade dessa situação, um grupo de jovens apoiadas pelo movimento Girl Up Brasil procurou o gabinete da Deputada Estadual Dani Monteiro (PSOL-RJ), que não apenas endossou a iniciativa, mas formalizou-a no Projeto de Lei 2667/2020. Esse projeto originou a Lei 9.404/21, sancionada em setembro de 2021, que autoriza o Poder Executivo a “distribuir gratuitamente absorventes nas escolas públicas do estado do Rio de Janeiro, como item de necessidade básica para a saúde e higiene feminina.” Com essa conquista, o grupo buscou apoio da Deputada Federal Tábata Amaral, que elaborou um projeto de lei nacional propondo “a distribuição gratuita de absorventes em espaços públicos, assim como já ocorre com preservativos desde a década de 1990” (Bahia, 2021, p.

21). Embora inicialmente vetado pelo então Presidente Jair Bolsonaro em 2021, o projeto obteve reversão do veto em março de 2023, após aprovação da Câmara dos Deputados e do Senado, e foi promulgado como a Lei 14.241/21, instituindo o Programa de Proteção e Promoção da Saúde. É relevante notar o protagonismo juvenil feminino que impulsionou essa iniciativa. Esses exemplos reforçam que a juventude brasileira não é apática em relação à política; pelo contrário, ela compreende e atua politicamente de maneira distinta do restante da população. Esse “modo de fazer política” dos jovens brasileiros destaca-se pela sua capacidade de mobilização em torno de questões urgentes e de impacto social, chamando a atenção para novas formas de participação democrática.

2. EXPOSIÇÃO DO TEMA

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) identificou uma discrepância expressiva entre o número de jovens eleitoras no estado do Rio de Janeiro e a representatividade de mulheres jovens eleitas para os cargos de vereadoras, vice-prefeitas e prefeitas nas eleições municipais de 2020. Para a realização desta pesquisa, foram consultados dados disponíveis no site do TSE, com foco específico nas mulheres eleitas nesse pleito municipal. Em um segundo momento, foi realizado um filtro para identificar as candidatas eleitas na faixa etária de 18 a 29 anos. Além disso, buscou-se construir um perfil básico dessas eleitas por meio de informações adicionais.

Simultaneamente, foram realizadas consultas para determinar o número e a distribuição por sexo das eleitoras no estado do Rio de Janeiro, utilizando a mesma plataforma. Os resultados dessa análise detalhada são apresentados a seguir, visando compreender melhor a representação das mulheres jovens na política municipal.

TABELA 1 – Breve perfil das vereadoras jovens, do Estado de Janeiro, eleitas em 2020

Nome da vereadora	Idade ao ser eleita	Município de base política	Partido Político
Beatriz Retto Bogossian	23 anos	Três Rios	PSDB
Izabella Vicente de Carvalho Camargo	25 anos	Macaé	REDE
Ana Clara de Oliveira	25 anos	Três Rios	REDE
Gabriela Carneiro Oliveira	26 anos	Angra dos Reis	PP
Rayane Braga da Silva	26 anos	Barra Mansa	PSL
Nathália Silveira Braga	26 anos	Conceição de Macabu	PSD
Maiara Felício da Silva	26 anos	Nova Friburgo	PT
Karen da Rocha Oliveira	26 anos	São Sebastião do Alto	Solidariedade
Isis Felix Bechara Freitas	26 anos	Trajano de Moraes	PSDB
Benny Briolly	29 anos	Niteroi	PSOL

FONTE: Elaboração própria, a partir dos dados do TSE.

Também mapeamos a única vice-prefeita eleita:

TABELA 2 – Breve perfil da vice-prefeita jovem, do Estado de Janeiro, eleita em 2020

Nome da vereadora	Idade ao ser eleita	Município de base política	Partido Político
Maíse Justo Meireles	27 anos	Queimados	Solidariedade

FONTE: Elaboração própria, a partir dos dados do TSE.

Alguns dos resultados dessa pesquisa indicam uma discrepância substancial entre o número de jovens eleitoras no estado do Rio de Janeiro e a representação de mulheres jovens eleitas para cargos como vereadoras, vice-prefeitas e prefeitas nas eleições municipais de 2020. Embora o estado contasse com aproximadamente 1,9 milhão de eleitoras na faixa etária de 18 a 34 anos, o número de eleitas entre 18 e 29 anos foi extremamente reduzido:

apenas dez vereadoras e uma vice-prefeita foram eleitas, e nenhum município elegeu uma prefeita, mesmo com 92 municípios em disputa. As eleitas abrangem uma diversidade de localidades, incluindo Três Rios, Macaé, Angra dos Reis, Barra Mansa, Conceição de Macabu, Nova Friburgo, São Sebastião do Alto, Trajano de Moraes e Niterói, mas, apesar dessa distribuição geográfica, o número total de vereadoras jovens permaneceu muito baixo. Um caso interessante é o de Três Rios, onde foram eleitas duas representantes de diferentes partidos, Beatriz Retto Bogossian e Ana Clara de Oliveira, destacando-se como uma rara manifestação de diversidade. A variedade partidária das vereadoras eleitas, que abrange partidos como PSDB, REDE, PP, PSL, PSD, PT, Solidariedade e PSOL, mostra que a participação de jovens mulheres na política não se restringe a um único espectro ideológico. No entanto, a eleição de apenas dez jovens mulheres para o cargo de vereadora revela uma preocupante sub-representação de mulheres jovens na política local, um cenário ainda dominado por interesses e influências masculinas.

Os dados demonstram que, embora as mulheres jovens constituam uma parcela significativa do eleitorado no estado do Rio de Janeiro, sua representação em cargos eletivos ainda é mínima. Essa discrepância entre o número de jovens eleitoras e o número de mulheres eleitas para cargos como vereadoras, vice-prefeitas e prefeitas sugere uma sub-representação alarmante no cenário político local. Essa disparidade reflete a existência de barreiras consideráveis que limitam a participação ativa de mulheres jovens em cargos eletivos, incluindo a influência de interesses masculinos, a carência de apoio político e social e desafios estruturais nos partidos políticos. A concentração das eleitas em determinados municípios sugere que o acesso à representação política de mulheres jovens pode variar substancialmente conforme a localidade, o que indica a necessidade de uma análise mais detalhada das condições políticas específicas de cada região. Além disso, a diversidade partidária entre as poucas vereadoras eleitas demonstra que a baixa participação de mulheres jovens não é uma questão restrita a um único grupo político, mas sim um desafio transversal que perpassa várias legendas. Dessa forma, faz-se urgente a implementação de políticas e ações afirmativas que promovam maior inclusão e participação de mulheres jovens nos processos eleitorais e em posições de liderança política. Com o objetivo de explorar o papel da educação na trajetória política das mulheres jovens eleitas em 2020 para os cargos de vereadora e vice-prefeita no estado do Rio de Janeiro, foi realizada uma etapa de contato direto e entrevistas com essas jovens. A seguir, apresentaremos trechos dessa

pesquisa, que integra o projeto de doutorado da segunda autora, supervisionado pela primeira. Durante uma entrevista, Maíse Justo, única vice-prefeita jovem eleita em 2020 no estado do Rio de Janeiro, representando o município de Queimados, compartilhou sua experiência como representante de turma na escola:

Na minha escola, a gente tinha o BOP, que era o Boletim de Ocorrência para os Pais. E aí era um boletim virtual onde todas as atividades do aluno eram registradas. Se ele (aluno) recebeu uma excelência acadêmica, se ele (aluno) tinha um bom desenvolvimento numa aula... Se ele era reconhecido como estudante do mês, como também o que era, de certa forma, ruim. E aí eu estava muito com uma liderança negativa, porque o que eu não concordava virava motivo de... porque eu não concordava. Então eu debatia com a professora, eu debatia com o professor. Então eu era a liderança negativa porque eu ia levar um monte de gente a discutir porque eu também não concordava.

Embora a entrevistada tenha sido considerada uma “liderança negativa” pela escola durante o ensino fundamental e médio, avaliamos que sua postura refletia desde a adolescência um posicionamento firme em defesa dos próprios direitos e dos colegas. Como aponta Carrano (2012 apud Silva e Ximenes, 2019, p. 11),

a sociedade não deve ser vista como um conjunto de regras a serem seguidas, mas principalmente como uma realidade cultural que está em constante movimento construído pelos sujeitos que participam da vida social. A sociedade tende a pressionar por uma juventude obediente que se situe dentro das regras e modelos sociais tidos como aceitáveis. Quando o jovem transgride esse lugar de obediente, é visto como um marginal, jovem fora da lei, delinquente, dentre outras consignas que carregam pejorativamente os preconceitos sociais.

A transgressão e a desobediência mencionadas tanto pela entrevistada quanto por Carrano refletem uma característica marcante do posicionamento político juvenil, frequentemente associada a mudanças sociais significativas e positivas. Para a entrevistada, no entanto, essas atitudes no ambiente escolar não foram percebidas como uma experiência política ou uma forma de formação para além do currículo tradicional, o que se evidencia quando ela afirma não ter recebido uma educação política durante sua vivência escolar.

[...] a minha escola foi particular durante a minha vida toda e a minha faculdade, ela também era particular apesar de eu ter sido bolsista. Então assim, o contato político que a gente tem na escola, na faculdade particular, é bem aquém do que na faculdade pública. Então a gente teve algo muito, eu tive algo muito raso, porque na faculdade pública, automaticamente já se levanta uma militância. Então você vive política, respira política, independentemente de você ter uma matéria ou não, diferente da faculdade privada.

Esse relato sugere que as escolas particulares, em contraste com as públicas, podem oferecer uma experiência menos propícia ao desenvolvimento de uma consciência política ativa. Como destaca Souza (2008 apud Silva e Ximenes, 2019, p. 12), o "protagonismo juvenil prescreve uma nova forma de fazer política, mediante a atuação individual e a integração entre os jovens." Essa nova forma de agir politicamente pode ser incentivada ou até mesmo surgir de maneira espontânea no ambiente escolar, como foi o caso da entrevistada, que mesmo sem estímulo direto, desenvolveu seu senso de posicionamento político desde jovem. É interessante notar que, apesar de a entrevistada não ter tido uma formação política formal nos estabelecimentos de ensino em que estudou, ela demonstrou uma inclinação política desde a adolescência. Essa predisposição pode ter sido influenciada pelo contato que ela teve com um tio, figura política de influência local, ainda que de maneira indireta e, segundo ela, "infantil".

[...] Engraçado, ele (o tio) não conseguiu ganhar como vereador, mas ele conseguia muitos votos para deputados federais e deputados estaduais dentro da nossa cidade. Esse era muito engraçado. (...) Então eu tinha esse contato com ele, mas era um contato, de certa forma, muito infantil para adolescente. Então a gente vai para a rua, porque a gente quer balançar bandeira. A gente vai porque a gente quer botar papelzinho em caixinha de correio. A gente quer defender.

Esse envolvimento, embora ingênuo, sugere que a criatividade e o idealismo, característicos da juventude, servem como pilares na construção de uma atuação política, uma perspectiva que se alinha à visão de Silva e Ximenes (2019, p. 11) que afirma que a juventude é capaz de "reinventar o político e a política, com novos tipos de representações que possam ser exercitadas nos espaços de movimentos juvenis". Quando questionada sobre o papel da educação na formação política de jovens, a entrevistada destaca sua importância crítica e lamenta a retirada temporária de disciplinas como sociologia, filosofia e artes do currículo escolar, que considera fundamentais para o desenvolvimento de uma consciência

política. Ela também aponta para as disparidades na qualidade da educação na Baixada Fluminense, onde o município de Queimados está localizado, em comparação com outras regiões do estado do Rio de Janeiro.

Então, assim, isso mostra como que infelizmente, eles nos tratam com um gado. E se você for na escola do rico, tem. Sabe? E trata a Baixada. Eles tratam a gente com um gado. Infelizmente. Desculpa o termo: Pra mim é horrível.

Essa declaração evidencia como a desigualdade social no Brasil afeta o acesso a uma educação de qualidade e compromete a autonomia política dos cidadãos. A falta de recursos e investimentos adequados em regiões como a Baixada Fluminense limita o potencial de participação política ativa e crítica dos jovens. Nesse sentido, Freire (2002) defende uma autonomia fundamentada na ética e no respeito à dignidade, com uma dimensão sociopolítica e pedagógica, que deve ser "conquistada e construída a partir da vivência e das decisões baseadas na liberdade do sujeito" (Silva e Ximenes, 2019, p. 12). Assim, a análise dessas falas revela que o espaço educativo tem um papel central na formação política dos jovens, tanto na oferta de um currículo inclusivo quanto na criação de um ambiente que promova a autonomia e a criticidade. A trajetória da entrevistada exemplifica como, mesmo diante de um sistema educacional que, em sua experiência, não incentivava diretamente o engajamento político, é possível que jovens desenvolvam um senso de cidadania e participação ativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É relevante destacar a carência de pesquisas sobre a participação da juventude feminina na política e o papel transformador da educação como fator de acesso, inclusão e empoderamento dessas mulheres, tanto em nível individual quanto coletivo. Diante dos baixos índices de mulheres eleitas em diferentes esferas da democracia brasileira, índices que se tornam ainda menores quando o recorte é voltado para mulheres jovens, surge a necessidade de questionar como a educação pode ser utilizada como uma ferramenta essencial para transformar essa realidade. As jovens eleitas não apenas representam a juventude feminina no cenário político brasileiro, mas também contribuem para a redefinição do espaço político, tornando-o um espaço mais inclusivo e receptivo à atuação

feminina. Este estudo revelou o número reduzido de mulheres jovens eleitas nas eleições municipais de 2020 no estado do Rio de Janeiro, destacando também a presença significativa de jovens mulheres em movimentos sociais ao longo da última década. A expressiva participação feminina nesses movimentos evidencia a relevância e o potencial de engajamento dessas mulheres na esfera política, mesmo fora das estruturas formais. Adicionalmente, o posicionamento da vice-prefeita de Queimados, eleita em 2020, reforça a importância e a necessidade de que o ambiente escolar ofereça uma formação política inclusiva e integrada ao currículo para adolescentes e jovens. Sua reflexão sobre a ausência de uma educação política formal em sua trajetória acadêmica destaca uma lacuna que poderia ser preenchida pela inclusão de disciplinas voltadas ao desenvolvimento de uma consciência cidadã e política desde o ensino básico. Concluímos que é essencial a criação de iniciativas que incentivem e promovam a participação política de jovens mulheres no Brasil. Além disso, torna-se fundamental a realização de estudos que aprofundem a análise de suas trajetórias pessoais, políticas e educacionais, a fim de compreender os desafios e as oportunidades que elas enfrentam. Espera-se que esta pesquisa, ao trazer à tona dados sobre a participação política das jovens, fomente o diálogo e a reflexão sobre o tema, promovendo condições para que mais mulheres jovens ocupem espaços na estrutura democrática brasileira, ampliando sua representação e influência no cenário político nacional.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. Congresso derruba veto à distribuição gratuita de absorventes. 17/03/2022. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/857388-congresso-derruba-veto-a-distribuição-gratuita-de-absorventes/>>. Data do Acesso: 11 ago. 2023.

AUGUSTO, Maria Helena Oliva. **RETOMADA DE UM LEGADO:** Marialice Foracchi e a sociologia da juventude. Tempo Social, v. 17, n. 2, p.11-33, 2005.

BARBON, Júlia. **Datafolha:** Lula mantém liderança entre mulheres e empate com Bolsonaro entre homens. Folha de São Paulo. 15/10/2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/10/datafolha-lula-mantem-lideranca-entre-mulheres-e-empate-com-bolsonaro-entre-homens.shtml>>. Data do Acesso: 04 out. 2023.

BARROS, Antônio Teixeira de. **JUVENTUDE E PODER POLÍTICO LOCAL:** a percepção e o discurso de jovens sobre as eleições municipais de 2016. Sociedade e Estado, v. 33, p. 849-886, 2018.

BOGHOSSIAN, Cynthia Ozon; **MINAYO,** Maria Cecília de Souza. Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos. Saúde e sociedade, v. 18, p. 411-423, 2009.

CARRANO, Paulo. **A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DE JOVENS NO BRASIL:** considerações sobre estudos recentes. O social em questão, n. 27, p. 83-99, 2012.

CERQUEIRA, Sofia et al. Pesquisa inédita mostra como o voto das mulheres pode definir a eleição. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/pesquisa-inedita-mostra-como-o-voto-das-mulheres-pode-definir-a-eleicao>. Data do Acesso: 04 out. 2023.

CORROCHANO, Maria Carla et al. Juventudes e participação política no Brasil do século XXI: quais horizontes?. *Laplage em Revista*, v. 4, n. 1, p. 50-66, 2018.

DIAS, Luiz Antonio. **POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO JUVENIL**: os “caras-pintadas” e o movimento pelo impeachment. **REVISTA HISTÓRIA AGORA**: a revista do tempo presente. n. 4, 2008.

FERNANDES, Camila Nastari et al. **"JUVENTUDE E ATUAÇÃO POLÍTICA**: as ocupações em escolas públicas e novas formas de resistência e convivência nas cidades." *PerCursos*, n. 19. V. 40, 2018. pp. 86-110.

G1. MULHERES NA POLÍTICA: os obstáculos e as violências que dificultam a representatividade feminina - e prejudicam a democracia. Disponível em: <<https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2023/03/08/mulheres-na-politica-os-obstaculos-e-as-violencias-que-dificultam-a-representatividade-feminina-e-prejudicam-a-democracia.ghtml>>. Data do Acesso: 12 ago. 2023.

LIMONGI, Fernando. **"FAZENDO ELEITORES E ELEIÇÕES**: mobilização política e democracia no Brasil Pós-Estado Novo." *Dados*, n. 58, v. 2, p. 371-400, 2015.

MARZULLO, Luísa. **BANCADA JOVEM**: Câmara terá quatro deputados menores de 25 anos. **O GLOBO**. 06/10/2022. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/10/bancada-jovem-camara-tera-quatro-deputados-menores-de-25-anos.ghtml>>. Data do Acesso: 12 ago. 2023.

NALIN, Carolina et al. Especialistas dizem que com o bônus demográfico chegando ao fim ficará mais difícil para o país crescer. 17/07/2023. *O Globo*. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/06/especialistas-dizem-que-com-o-bonus-demografico-chegando-ao-fim-ficara-mais-dificil-para-o-pais-crescer.ghtml>>. Data do Acesso: 12 ago. 2023.

SOUSA, Silva Alexsandra Maria; **XIMENES**, Veronica Morais. **POLÍTICAS PÚBLICAS E JUVENTUDE**: análises sobre o protagonismo juvenil na perspectiva dos jovens pobres. Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais, v. 14, n. 1, p. 1-15, 2019.

TSE. Estatísticas do eleitorado – Por sexo e faixa etária. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-de-eleitorado/estatistica-do-eleitorado-por-sexo-e-faixa-etaria>>. Data do Acesso: 11 ago. 2023.

_____. Participação de jovens de 16 e 17 anos nas eleições cresceu 52% entre 2018 e 2022. 07/12/2022. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Dezembro/participacao-de-jovens-de-16-e-17-anos-nas-eleicoes-cresceu-52-entre-2018-e-2022>>. Data do Acesso: 12 ago. 2023.

_____. **MULHERES E POLÍTICA**: decisões do TSE combatem fraude à cota de gênero. 08/03/2023. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Marco/mulheres-e-politica-decisoes-do-tse-combatem-fraude-a-cota-de-genero>>. Data do Acesso: 12 ago. 2023.

XAVIER, Gabriela Lima dos Anjos. **DA POBREZA À DIGNIDADE MENSTRUAL** : uma análise da legislação e das políticas públicas no Brasil. Monografia de Conclusão de Curso em Direito. Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Direito de Alagoas. Maceió, 2022.